



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

CARLOS HENRIQUE PESSÔA MORAIS BRANDÃO

**ANÁLISE DAS CARTAS DE COMENTÁRIO: EXPOSURE DRAFT DA TERCEIRA
EDIÇÃO DO IFRS PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS DO IASB NA
OPINIÃO DOS GRUPOS DE INTERESSE**

Recife

2023

CARLOS HENRIQUE PESSÔA MORAIS BRANDÃO

**ANÁLISE DAS CARTAS DE COMENTÁRIO: EXPOSURE DRAFT DA TERCEIRA
EDIÇÃO DO IFRS PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS DO IASB NA
OPINIÃO DOS GRUPOS DE INTERESSE**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Ciências
Contábeis da Universidade Federal de
Pernambuco – UFPE, como requisito
parcial para obtenção do grau de Bacharel
em Ciências Contábeis.

Orientador (a): Professora Dra. Ilka Gislayne de Melo Souza

Recife

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Brandão, Carlos Henrique Pessoa Moraes.

Análise das cartas de comentário: Exposure Draft da terceira edição do IFRS para pequenas e médias empresas do IASB na opinião dos grupos de interesse / Carlos Henrique Pessoa Moraes Brandão. - Recife, 2023.

28 p., tab.

Orientador(a): Ilka Gislayne de Melo Souza

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Contábeis - Bacharelado, 2023.

Inclui referências, apêndices.

1. IFRS. 2. Exposure Draft. 3. Cartas de Comentários. 4. Grupos de Interesse. I. Souza, Ilka Gislayne de Melo. (Orientação). II. Título.

300 CDD (22.ed.)

FOLHA DE APROVAÇÃO

CARLOS HENRIQUE PESSÔA MORAIS BRANDÃO

ANÁLISE DAS CARTAS DE COMENTÁRIO: EXPOSURE DRAFT DA TERCEIRA EDIÇÃO DO IFRS PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS DO IASB NA OPINIÃO DOS GRUPOS DE INTERESSE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Aprovado em 02 de outubro de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof.(a). Dra. Ilka Gislayne de Melo Souza
Universidade Federal de Pernambuco

Prof.(a). Dra. Christianne Calado Vieira de Melo Lopes
Universidade Federal de Pernambuco

Prof.(a). Matheus Soares Mendes
Universidade Federal de Pernambuco

RESUMO

A busca por padronização das normas contábeis vem aumentando com o passar dos anos para que as informações agreguem maior qualidade. Por conta disso, cada vez mais países estão adotando as normas e padrões emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) conhecidos como International Financial Reporting Standards (IFRS). O objetivo deste estudo é realizar a análise das cartas de comentário do Exposure Draft da terceira edição do IFRS for Small and Medium-sized Entities (SMEs) onde os respondentes possuem a oportunidade de opinar diante das propostas do IASB para a norma e verificar se as propostas corresponderam às expectativas dos respondentes. Para isso, a metodologia utilizada foi a análise de conteúdo através da coleta das cartas e interpretação das respostas obtidas, separando os respondentes por grupos de interesse e identificando informações sobre seus países de origem ou atuam para que seja possível determinar o percentual de concordância e discordância de cada grupo de interesse. Os resultados da pesquisa mostram que os respondentes concordam com a grande maioria das propostas do IASB para as modificações, destacando que houve apenas um tópico em que houve discordância e que diferentemente de estudos anteriores de cartas de comentários, observou-se que o continente com maior número de participação foi a África, que anteriormente tinha uma participação consideravelmente menor e que a Europa predominava com a mais participativa. Contribuindo assim para que seja possível identificar grupos de interesse que precisam ser incentivados a participarem mais na elaboração e modificação das normas relacionadas às PMEs, assim como onde ainda há espaço para melhorias nas propostas do IASB para a versão definitiva do IFRS for SMEs.

Palavras-chave: IFRS. Comment Letters. Exposure Draft. Grupos de Interesse.

ABSTRACT

The search for standardization of accounting standards has been increasing over the years to enhance the quality of information. As a result, more and more countries are adopting the standards and guidelines issued by the International Accounting Standards Board (IASB), known as the International Financial Reporting Standards (IFRS). The objective of this study is to analyze the comment letters on the Exposure Draft of the third edition of IFRS for Small and Medium-sized Entities (SMEs), where respondents have the opportunity to express their opinions on the IASB's proposals for the standard and assess whether the proposals met the respondents' expectations. To achieve this, the methodology used was content analysis through the collection of letters and interpretation of the responses obtained, categorizing the respondents into interest groups and identifying information about their countries of origin or operation to determine the percentage of agreement and disagreement within each interest group. The research results show that respondents agree with the vast majority of the IASB's proposed modifications, highlighting that there was only one topic on which there was disagreement. Furthermore, unlike previous studies of comment letters, it was observed that the continent with the highest participation was Africa, which previously had considerably lower participation, whereas Europe used to be the most participative. Thus contributing to the identification of interest groups that need to be encouraged to participate more in the development and modification of standards related to SMEs as well as where there is still room for improvement in the IASB's proposals for the definitive version of IFRS for SMEs.

Keywords: IFRS. Comment Letters. Exposure Draft. Stakeholders.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Questões traduzidas.....	17
-------------------------------------	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Identificação por continente.....	15
Tabela 2 – Divisão das respostas positivas e negativas.....	16
Tabela 3 – Grupos de interesse.....	17
Tabela 4 – Grupo Associação	18
Tabela 5 – Grupo reguladores / normatizadores.....	16
Tabela 6 – Grupo profissionais contábeis e empresas privadas.....	19

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
ED	Exposure Draft
DP	Discussion Paper
GAAP	Generally Accepted Accounting Principles
IAS	International Accounting Standards
IASC	International Accounting Standards Committee
IFRS	International Financial Reporting Standards
PMEs	Pequenas e Médias Empresas
SMEs	Small and Medium-sized Entities

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
1.1. PROBLEMA DE PESQUISA	10
1.2. JUSTIFICATIVA	10
1.3. OBJETIVOS	11
1.3.1. Objetivo Geral	11
1.3.2. Objetivos Específicos	11
2. REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1. Pequenas e médias empresas (PMEs)	12
2.2. Processo de elaboração das normas do IASB	13
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	15
4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS	17
4.1. Análise das Cartas	17
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	22
REFERÊNCIAS	25
APÊNDICE A – QUADRO COM AS PERGUNTAS ORIGINAIS EM INGLÊS	27

1. INTRODUÇÃO

Um fator determinante para a internacionalização da contabilidade é a padronização das normas contábeis, pois abre espaço para que haja cooperação entre as nações em prol de melhorias e ajustes para serem adotadas em seus próprios territórios (ALMEIDA, 2022).

Para tanto, em 1973, foi formado o International Accounting Standards Committee (IASC) através da união do corpo de contadores profissionais de dez países, Alemanha, Canadá, França, Austrália, Japão, México, Holanda, Reino Unido e Estados Unidos da América (IASB, 2023).

Sua principal contribuição para atingir o objetivo de padronizar as normas contábeis internacionalmente foi através dos International Accounting Standards (IAS), pronunciamentos que surgiram como uma alternativa para os Generally Accepted Accounting Principles (GAAP) ou Princípios Contábeis Geralmente Aceitos, como são conhecidos em português, para relatórios internacionais (BARTH et. al., 2006). Os GAAP consistem em regras locais dos órgãos reguladores dos mais diversos países.

Zeff (2012), considera que o processo evolutivo do IASC e de seu sucessor mostra como um órgão do setor privado com a função de normalizar a contabilidade internacional conquistou o respeito e apoio de toda a comunidade internacional, desde reguladores de mercados de capitais a entidades contábeis e os diversos usuários de demonstrações contábeis ao redor do mundo.

Entretanto, em 2001, houve uma reestruturação do IASC, que após a transição passou a ser o International Accounting Standards Board (IASB) ou Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade, em português, órgão privado cuja missão é “desenvolver IFRS Standards que tragam transparência, accountability (responsabilização) e eficiência para os mercados financeiros ao redor do mundo (IASB, 2018).”

Assim como seu antecessor, o IASB emite padrões internacionais para as normas de contabilidade, os chamados International Financial Reporting Standards (IFRS), agregando com os IAS mantidos e aprimorando ou modificando os antigos padrões que precisavam ser atualizados para acompanhar o desenvolvimento e modernização da contabilidade. “Atualmente estão vigentes mais de 30 padrões de normas, entre IFRS e IAS, que tratam sobre diversos temas contábeis, como por

exemplo o pagamento baseado em ações, contratos de seguro e aquisição e controle de organizações” (ALMEIDA, p. 11, 2022).

Diante disso, em 2023, a IFRS Foundation em coleta de dados completou o perfil de 168 jurisdições ao redor do mundo, possibilitando identificar quantos países adotam ou permitem o uso dos padrões completos IFRS, também denominado como “Full IFRS”, bem como os países que não permitem ou não requerem os IFRS Accounting Standards e a respectiva região geográfica a qual pertencem. Segundo os dados disponibilizados, o IASB informa que das 168 jurisdições, 146 exigem os padrões para todas ou a maioria de suas entidades nacionais que possuem obrigação pública de prestação de contas. Já para as 22 restantes, 13 permitem os padrões IFRS, 1 requer apenas de instituições financeiras, um está convertendo seus pronunciamentos nacionais consideravelmente com os IFRS Accounting Standards e 7 não requerem nem permitem (IASB, 2023).

No ano de 2009, foi lançado o IFRS for SMEs, uma versão simplificada dos pronunciamentos aplicada para pequenas e médias empresas, que de acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC, 2011) são organizações que não possuem obrigação pública de prestação de contas. Antes do lançamento do IFRS for SMEs, as opções disponíveis para os países eram utilizar o “Full IFRS” ou utilizar suas normas contábeis nacionais (FIGUEIREDO PAIS e BONITO, 2018).

Nesse contexto, em 2015, o IASB completou a primeira revisão abrangente do pronunciamento, após ter mantido a primeira versão do IFRS sob revisões periódicas e propostas de alterações através de exposure drafts, considerando não só novas propostas de alteração como também as alterações realizadas nos IFRS convencionais, lançando a segunda edição do IFRS for SMEs após a revisão abrangente, válida a partir de 2017 (IASB, 2022).

Com o objetivo de realizar uma nova revisão abrangente após dois anos de aplicação da segunda edição do IFRS, o IASB iniciou a segunda revisão abrangente no ano de 2019, publicando um Request for Information (pedido por informação), onde buscou a opinião pública para determinar o alinhamento entre a segunda versão do IFRS for SMEs com o atual full IFRS após alterações (IASB).

1.1. PROBLEMA DE PESQUISA

“As propostas do IASB na terceira edição do Exposure Draft para Pequenas e Médias empresas atendem as expectativas/opinião dos respondentes das cartas?”

1.2. JUSTIFICATIVA

A justificativa para a realização da pesquisa e escolha do tema é devido a sua relevância para a contabilidade, considerando que basicamente 95% das empresas ao redor do mundo são classificadas como Small and medium-sized entities (SMEs) ou Pequenas e Médias Empresas (PMEs), como são chamadas no Brasil, sendo responsáveis pela maior parte da empregabilidade em todo o mundo.

Conseqüentemente, é possível observar em relatórios disponibilizados pelo próprio IASB que diferentemente da aceitação e adoção do IFRS Full pela maior parte dos órgãos normatizadores dos países, quando se analisa a adoção do IFRS for SMEs do IASB, ainda há uma grande quantidade de países que não utilizam e nem consideram a adoção do padrão, tornando ainda mais relevante a análise das respostas das cartas de comentário do Exposure Draft.

Além do impacto econômico das SMEs, por ser um projeto extremamente recente e ainda em andamento, será possível observar na prática todos os passos que o IASB segue para a atualização de uma norma, também sendo possível analisar o impacto das opiniões expostas na consulta pública.

Santos (2015) considera que “as cartas-comentários têm sido o instrumento mais utilizado em pesquisas sobre o processo de emissão de normas contábeis”, destacando que no campo acadêmico, diversos estudos já foram realizados utilizando a análise das comment letters, segregando as respostas por grupos de interesses e analisando-as conforme o que cada um de seus objetivos, identificando os países em que atuam e também o continente com maior índice de participação nas consultas públicas do IASB (ARAÚJO et al, 2015; TAVARES, 2016; AZEVEDO, 2017; HAVEROTH et al, 2017; CORREIA, 2021; ALMEIDA, 2022).

O estudo de Almeida (2022) utilizou a análise das cartas de comentários enviadas na segunda revisão do IFRS for SMEs como parte de uma revisão sistemática da literatura científica acerca da norma e identificou as Américas como a

região com maior participação na consulta ao público, o que difere de resultados anteriores como na pesquisa de Haveroth et al (2017), em que analisou as cartas de comentários do Exposure Draft – ED/2013/9 – IFRS SMES e concluiu que o continente com mais participação naquele momento foi a Europa, tendo ambos os estudos observado concordância de maneira geral entre os respondentes e as propostas do IASB.

Essas diferenças mostram que existe espaço para a análise das comment letters do novo Exposure Draft da terceira edição do IFRS for SMEs proposta por esta pesquisa pois além de colaborar para diminuir a escassez de trabalhos sobre o IASB observada por Haveroth et al (2017), também contribuirá para atualizar as informações sobre os grupos de interesse tanto no aspecto de opinião referente às novas propostas quanto na identificação de possíveis mudanças no percentual de participação dos grupos de interesses e seus respectivos países de origem.

1.3. OBJETIVOS

1.3.1. Objetivo Geral

Verificar se as propostas do IASB atendem às expectativas/opinião dos respondentes das comment letters enviadas referentes ao Exposure Draft da terceira edição do IFRS for SMEs.

1.3.2. Objetivos Específicos

- a) Identificar os grupos de interesse aos quais os respondentes pertencem (ex.: órgãos reguladores, empresas de contabilidade, acadêmicos, etc.);
- b) Verificar se há mais concordância ou discordância das propostas do IASB por parte dos respondentes;
- c) Comparar as respostas entre os grupos de interesse que responderam às comment letters.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS (PMES)

De maneira geral, a definição de Small and Medium-sized Entities (SMEs) ou Pequenas e Médias Empresas (PMES) dependerá de cada norma e órgão de sua jurisdição, porém, diante de um cenário de busca por convergência global das normas e padrões contábeis, serão definidas como SMEs ou PMEs “entidades que não possuam a obrigação pública de prestar contas e que publicam demonstrações financeiras de uso geral para usuários externos”. (IASB, 2022; BOTINHA, 2016; HAVEROTH, 2017; ALMEIDA, 2022).

Em diversas pesquisas a relevância econômica das SMEs é destacada por representarem cerca de 95% das empresas no mundo. (IASB, 2010b; OECD, 2000; ALMEIDA, 2022; HAVEROTH et al, 2017). Segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), as PMEs geraram cerca de 27% do valor adicionado ao Produto Interno Bruto (PIB) (Sebrae, 2014).

No Brasil, as normas contábeis relacionadas às SMEs estão estabelecidas desde 2009, quando foi editada e aprovada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, mantendo a mesma definição da norma internacional (SOUSA, 2012). Porém, não só no Brasil como também ao redor do mundo existem diversas normas com diferentes classificações para SMEs. Já na União Europeia, a comissão de recomendação considera que:

A categoria das micro, pequenas e médias empresas (PME) é constituída por empresas que empregam menos de 250 pessoas e cujo volume de negócios anual não excede 50 milhões de euros ou cujo balanço total anual não excede 43 milhões de euros. (EU recommendation 2003/361, l. 124, p. 39)

O IFRS for SMEs ou PMEs é uma versão simplificada em um único documento dos padrões normativos tradicionais elaborados pelo IASB, mantendo seus princípios fundamentais (IASB, 2009b). Após sua criação em 2009, passou a ser amplamente utilizado em todo o mundo, tendo em seus primeiros cinco anos de implementação cerca de setenta jurisdições adotando o novo padrão para SMEs ou tendo intenção de adotá-lo futuramente (IFRS Foundation, 2014, apud PERERA; CHAND, 2015).

O documento foi dividido em 35 seções, tratando de forma simplificada de princípios de mensuração e reconhecimento, desconsiderando tópicos considerados

menos importantes para as SMEs, comparada ao full IFRS, torna-se perceptível a redução das obrigações de divulgação de três mil para aproximadamente trezentas (ALMEIDA, 2022; PERERA; CHAND, 2015).

Em decorrência das revisões posteriores ao IFRS for SMEs, o IASB lançou em 2013 um Exposure Draft com propostas de alterações baseadas na primeira revisão abrangente após a implementação da norma, onde é possível observar que a maior modificação proposta foi o alinhamento da Seção 29 – Income Tax com a IAS 12 – Income Taxes (IASB, 2013, apud PERERA; CHAND, 2015).

Pedroza (2014), investiga o nível de compreensão dos contadores sobre a IFRS para PMEs utilizando a Teoria da Resposta ao Item (TRI), em seu trabalho, realizando a coleta de dados através de um questionário com perguntas de análise de perfil e múltipla escolha. Sua conclusão foi de que os contadores participantes de sua amostra não “incorporaram a essência do conceito” de PMEs, em especial por inúmeras definições presentes no Brasil.

Bonito (2018) em seu artigo identifica fatores macroeconômicos que determinam a adoção da IFRS for SMEs em diferentes países, com uma amostra de 84 países ao redor do mundo e divididos em grupos dos que adotaram de alguma forma as normas do IFRS e os que não adotaram. Os dados obtidos mostraram que o continente com o menor número de países que adotavam o IFRS for SMEs foi a Europa com 29 países, já a Ásia, América e África contam com 13, 12 e 8 países que adotaram o padrão do IASB.

2.2 PROCESSO DE ELABORAÇÃO DAS NORMAS DO IASB

O processo de elaboração das normas é explicado em algumas etapas, sendo a primeira a definição da agenda, a segunda o planejamento de trabalho e início da fase de pesquisa para identificar problemas, soluções e alterações. Em seguida, o IASB elabora um Discussion Paper (DP), momento em que existe a primeira oportunidade para o público manifestar opinião através das comment letters. Tendo discutido o assunto, o IASB então emite um Exposure Draft (ED) ou minuta de exposição com propostas de alterações e uma nova chamada para o público opinar através das comment letters. Após a análise do feedback do ED, o IASB então poderá

emitir a versão final do IFRS (IASB, 2023; HAVEROTH et al, 2017; ARAÚJO et al, 2015; ALMEIDA, 2022).

As comment letters ou cartas de comentários são a forma com que o IASB realiza consulta pública para que possa levar em consideração a opinião dos mais diversos grupos de interesse, se estão em concordância ou discordância com o que foi apresentado e se têm algo a acrescentar. Almeida (2022) explica que:

O órgão permite uma abertura para recebimento de comentários dos interessados na norma nas fases 3 (desenvolvimento do planejamento de discussão – Discussion Paper), 4 (desenvolvimento da minuta de exposição – Exposure Draft) e 6 (revisão da norma).

Estudos anteriores demonstram que normalmente a Europa é o continente com maior participação nas pesquisas, em especial o Reino Unido. Haveroth et al (2017) reforça um aspecto relevante sobre as cartas de comentários ao comparar as 57 respostas obtidas em sua pesquisa com a quantidade de cartas enviadas para os IFRS 6, 9 e 39, onde destacou que 141, 192 e 231 cartas, respectivamente, foram respondidas, o que sugere uma menor participação do público no tema das SMEs.

Após a popularização do IASB e sua consequente aceitação ao redor do mundo, muitos estudos sobre o processo de elaboração e modificação de normas e padrões contábeis utilizam as cartas de comentários para testarem diferentes teorias, tendo como exemplos os estudos de Santos (2015); Tavares (2016); Haveroth et al (2017); Azevedo (2017); Correia (2021); e Almeida (2022).

Uma prática muito comum nesses estudos é a separação dos respondentes por grupos de interesse, por exemplo, associações profissionais, empresas privadas, firmas de auditoria, academia e contadores individuais (SANTOS, 2015; HAVEROTH et al, 2017; ALMEIDA, 2022; AZEVEDO, 2017; FERREIRA et al, 2016; CORREIA, 2021).

Correia (2021), utiliza as cartas de comentários para analisar se existem diferenças entre as opiniões dos respondentes na consulta pública do IFRS 3 – Combinações de Negócios, utilizando o teste não paramétrico qui-quadrado para testar sua hipótese. Já Almeida (2022), utiliza as comment letters como parte de seu trabalho para analisar as críticas em relação à segunda revisão da IFRS for SMEs, chegando à conclusão que “os apontamentos da literatura se assemelham às sugestões recebidas pelo IASB”.

As comment letters também são muito utilizadas em pesquisas relacionadas à lobbying, como no artigo de Azevedo (2017) em que procura buscar a coalizão de grupos de interesse no Discussion Paper da revisão da Estrutura Conceitual através da tabulação das respostas e separação dos grupos de interesse para analisar, encontrando indícios de convergência entre o grupo Associações e o IASB através de um teste qui-quadrado.

Santos (2015) analisa as cartas de comentário referentes ao Discussion Paper Extractive Activities sobre o IFRS 6, sendo análise de conteúdo a metodologia utilizada para realização da pesquisa. Sua conclusão foi uma provável dificuldade que o IASB enfrentaria para que a proposta fosse aceita, visto que os grupos de interesse em grande maioria discordaram da proposta normativa.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A abordagem metodológica da pesquisa foi a qualitativa por meio da análise de conteúdo das comment letters objetivando identificar a opinião dos respondentes das cartas em cada uma das perguntas selecionadas em concordância ou discordância, os grupos de interesse que participaram da consulta pública e seus países ou regiões de atuação.

Inicialmente, serão identificadas e traduzidas as perguntas realizadas na área de convite para comentários no Exposure Draft – ED/2022/1 onde o IASB busca consultar a opinião do público sobre suas propostas de alterações relacionadas ao IFRS for SMEs. Aos respondentes é solicitado que respondam as perguntas feitas em forma de cartas de comentários para que a comunidade tenha espaço para concordar ou discordar das propostas contidas na minuta, tendo assim a possibilidade de expor suas opiniões e contribuir para o melhor desenvolvimento das normas contábeis internacionais.

Das quinze perguntas realizadas, numeradas de 1 (um) a 15 (quinze), serão analisadas 12 (doze) delas, pois para ser possível comparar as respostas, serão excluídas da presente pesquisa as perguntas subjetivas, de forma que restem apenas as perguntas que possam ser respondidas com “Concordo” ou “Discordo” pelos respondentes das cartas seguindo a mesma linha das pesquisas de Tavares (2016) e Azevedo et al (2017).

Quadro 1 – Questões

	Questões
1(i)	Você concorda que as emendas vão adicionar clareza sem que ocorra alteração do escopo pretendido da Norma? Se não concorda, que tipos de entidades você acredita que vão ser incluídas ou excluídas?
1(ii)	Você concorda com a proposta para adicionar clareza à definição de responsabilização pública? Se não concordar com a proposta, por favor explique o que sugere e por quê?
2(ii)	Você concorda que a Seção 18 e Seção 21 deveria continuar a usar a definição de ativo e passivo da versão anterior da Seção 2 (Baseada na Estrutura de 1989)
3	Você concorda com a proposta do IASB de manter a presunção refutável como simplificação da definição de controle? Se não, por favor explique porque não concorda com essa simplificação
4(i)	Você concorda com a proposta de introduzir um modelo de expectativa de perda de crédito para apenas alguns ativos financeiros? Por que ou por que não? Se discordar da proposta, por favor explicar o que sugere e por quê
4(ii)	Você concorda que a proposta atinge o equilíbrio correto decidindo quais ativos financeiros devem estar no escopo do modelo de perda de crédito esperado, considerando os custos para PMEs e os benefícios para usuários de demonstrações financeiras de PMEs?
6(i)	Você concorda com a proposta do IASB de alinhar a definição de controle conjunto e manter a classificação de um acordo conjunto como ativos de controle conjunto, operação de controle conjunta, ou entidade controlada em conjunto, e os requisitos de mensuração para essas classificações? Por que ou por que não? Se discordar da proposta, por favor explicar o que sugere e por quê.
6(ii)	Você concorda com a proposta? Por que ou por que não? Se discordar desta proposta, por favor explicar o que sugere e por quê.
7(i)	Você concorda com a proposta de introduzir requisitos para contabilidade para step acquisitions? Se sua resposta for sim, você concorda com os requisitos propostos na Minuta de Exposição? Se discordar da proposta, por favor explique o porquê e dê suas sugestões alternativas.
7(ii)	Você concorda que as propostas do IASB simplificam apropriadamente a mensuração de participação de não-controladoras ao excluir a opção de mensuração a valor justo? Se sua resposta for não, por favor explicar suas razões.
8(i)	Você concorda que a Seção 23 revisada seria apropriada para PMEs e usuários de suas demonstrações financeiras? Se não, quais modificações - por exemplo, mais simplificações ou orientações adicionais - você sugere e por quê?
8(ii)	Você acredita que as orientações são apropriadas e adequadas para que entidades façam a avaliação se um bem ou serviço é distinto? Se não, tem alguma orientação que poderia ser removida ou orientação adicional que seja necessária?
9(i)	Você concorda que apenas algumas entidades aplicam a mensuração simplificada para benefícios definidos? Portanto, concorda com a proposta do IASB de remover o parágrafo 28.19?

9(ii)	Se você discordar da proposta de 9(i), você concorda que esta abordagem alternativa clarifica o parágrafo 28.19?
10	Você concorda com requerimentos de transição propostos para as emendas do IFRS for SMEs Accounting Standard? Por que ou por que não?
12	Você concorda com a decisão do IASB de considerar emendar a norma para alinhá-la com o IFRS 16 em uma revisão futura da norma? Ao responder essa questão, por favor comente sobre as considerações de custo-benefício nos parágrafos (a) e (b).
14	Quais são suas visões sobre a remoção do parágrafo 22.7(a)

A coleta das cartas de comentários foi realizada através do site ifrs.org pela IFRS Foundation juntamente com o documento com as propostas de alterações e as perguntas para a consulta pública. Ao todo foram recebidas setenta cartas de comentários dentro do prazo estipulado para a minuta e disponibilizados de forma pública. Ainda que um modelo para responder as perguntas tenha sido disponibilizado pelo IASB, nem todos os respondentes seguiram o modelo proposto, tendo alguns respondido de forma geral, outros escreveram sobre assuntos não relacionados.

Para cumprir o primeiro objetivo específico, as cartas foram analisadas e tabuladas para que seja possível identificar dados do respondente, sendo eles o grupo de interesse ao qual pertencem, a região onde atuam e seu país de origem, seguindo a linha de pesquisas anteriores, como exemplificado nos estudos conduzidos por Haveroth et al. (2017) e Correia et al. (2021).

Para o segundo objetivo específico, serão contabilizadas todas as respostas de cada uma das perguntas para que seja possível identificar se existe predominância de concordância e discordância.

Visando o cumprimento do terceiro objetivo específico e tendo os grupos de interesse devidamente identificados, serão agrupados em quatro grandes grupos, o de Associação, Reguladores / Normatizadores, empresas privadas e contadores e, por fim, academia, sendo elaboradas tabelas que permitam observar a concordância e discordância de cada um dos grupos de interesse para cada uma das perguntas analisadas.

4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

4.1. ANÁLISE DAS CARTAS

Das setenta cartas analisadas, foram identificadas cartas que não estavam de acordo com a proposta do IASB e também cartas cujas informações impossibilitavam a correta identificação dos dados do respondente. Portanto, a pesquisa se concentrará apenas nas 61 (sessenta e uma) cartas que se enquadravam nas condições necessárias cumprir os critérios estipulados nos procedimentos metodológicos. Inicialmente, foram identificados respondentes provenientes de 33 (trinta e três) países, sendo a África do Sul o país com o maior número de cartas, com 5 cartas que são 8,93% do total de cartas de respondentes que não possuem jurisdição global ou regional (56).

Tabela 1 – Identificação por continente

Região	Total	Percentual
Europa	10	16,4%
Ásia	9	14,8%
Oceania	4	6,6%
América	11	18,0%
África	16	26,2%
Global	8	13,1%
Não identificado	1	1,6%
Intercontinental (Ásia e Oceania)	2	3,3%
Total	61	100%

Fonte: dados da pesquisa.

A tabela 1 mostra que todos os continentes tiveram participantes, sendo a África o continente com o maior número de respondentes, tendo sido analisadas 16 cartas que totalizam 26,23% do total das cartas. Diferentemente do que pesquisas anteriores como na de Haveroth et al (2017), que corroborava com a predominância da Europa como continente de maior participação.

Tabela 2 – Divisão das respostas em positiva e negativa

Questão	Concorda (1)	%	Discorda (0)	%	Total (T)
1i	35	77,8%	10	22,2%	45
1ii	30	71,4%	12	28,6%	42
2	42	79,2%	11	20,8%	53
3	47	92,2%	4	7,8%	51
4i	17	33,3%	34	66,7%	51
4ii	12	25,5%	35	74,5%	47
6i	38	86,4%	6	13,6%	44
6ii	38	90,5%	4	9,5%	42

7i	47	97,9%	1	2,1%	48
7ii	44	91,7%	4	8,3%	48
8i	39	83,0%	8	17,0%	47
8ii	41	89,1%	5	10,9%	46
9i	22	52,4%	20	47,6%	42
9ii	17	81,0%	4	19,0%	21
10	39	90,7%	4	9,3%	43
12	29	63,0%	17	37,0%	46
14	38	84,4%	7	15,6%	45

Fonte: dados da pesquisa.

A segunda tabela trata diretamente sobre as respostas das perguntas de acordo com as cartas dos respondentes, sendo 1 o código para “Concorda” e 0 o código para “Discorda”, “Q” significa questão e “T” significa total. Interpretando o resultado, é possível identificar que o primeiro item da questão 7 (7i) possui o maior índice de concordância dentre todas as perguntas, tendo 47 (97,9%) das 48 respostas positivas.

A questão 7 trata da proposta do IASB de modificar a Seção 19 – Business Combinations and Goodwill do IFRS for SMEs. Sendo o primeiro item relacionado à proposta de introduzir requerimentos para a contabilização de step acquisitions e se concordam com os requerimentos propostos no Exposure Draft.

Já a proposta com maior percentual de discordância se encontra na quarta questão, que trata da Seção 11 – Financial Instruments e propõe substituir o modelo de modelo de perda incorrida para redução ao valor recuperável por um modelo de perda de crédito esperada e pergunta se concordam que a proposta traz equilíbrio ao decidir quais ativos financeiros deverão utilizar o modelo de perda de crédito esperada. Das 51 respostas, 35 discordaram de que esse equilíbrio seria atingido, totalizando 74,5% de discordância.

Tabela 3 – Grupos de Interesse

Grupos de Interesse	Total	Percentual
Regulador/ Normatizador	14	23,0%
Academia	2	3,3%
Associação	29	47,5%
Contadores/ Empresas Privadas	15	24,6%
Firma Legal	1	1,6%
Total	61	100%

Fonte: dados da pesquisa

Analisando os grupos de interesse dos respondentes das cartas, é possível perceber que o grupo com maior participação, contando com 29 das 61 cartas e tendo o percentual de 47,5% do total foi o de “Associação”, composto por associações profissionais de contadores de âmbitos nacional, regional e internacional. Demonstrando que existe interesse por parte dos órgãos que representam os contadores e que buscam garantir a excelência de seus membros em participar do processo de emissão das normas internacionais, corroborando com outras pesquisas como a de Haveroth et al (2017) e Almeida (2022), que também obtém as associações profissionais como a mais interessada na participação das perguntas referentes ao IFRS for SMEs.

Além das associações, os órgãos reguladores e normatizadores contam com 23% da participação nas respostas das cartas, e as empresas privadas e os profissionais contadores com 24,6% de participação, destacando a presença das grandes firmas de auditoria (Big Four) dentro do grupo de contares e empresas privadas.

O resultado da pesquisa também demonstra o baixo índice de participação do meio acadêmico na resposta das cartas, correspondendo a 3,3% do total com duas cartas, o que pode indicar, segundo Haveroth et al (p. 438, 2017), que também observou a baixa participação da academia, um “sinal de alerta quanto à participação de pessoas que estudam profundamente a contabilidade e sua participação na confecção de normas que influenciam o dia a dia das empresas”.

Tabela 4 – Grupo Associação

	Associação				
	1	%	0	%	T
1i	17	89,5%	2	10,5%	19
1ii	15	83,3%	3	16,7%	18
2	19	76,0%	6	24,0%	25
3	21	87,5%	3	12,5%	24
4i	9	34,6%	17	65,4%	26
4ii	5	20,8%	19	79,2%	24
6i	18	81,8%	4	18,2%	22
6ii	20	95,2%	1	4,8%	21
7i	22	95,7%	1	4,3%	23
7ii	22	95,7%	1	4,3%	23
8i	20	87,0%	3	13,0%	23
8ii	21	95,5%	1	4,5%	22
9i	8	40,0%	12	60,0%	20

9ii	10	83,3%	2	16,7%	12
10	19	95,0%	1	5,0%	20
12	15	65,2%	8	34,8%	23
14	20	87,0%	3	13,0%	23

Fonte: dados da pesquisa

Na tabela 5, é possível observar a opinião do grupo que teve maior participação na consulta pública através das comment letters. De maneira geral, o grupo de associação concorda com as propostas do IASB no ED, sendo seu maior percentual de concordância o de 95,7% nas questões 7i e 7ii. Apenas em 3 dos 17 itens analisados pode-se observar discordância com o que foi proposto, sendo a quarta questão que possui maior percentual de discordância, de 79,2%.

Tabela 5 – Regulador / Normatizador

	Regulador / Normatizador				
	1	%	0	%	T
1i	11	78,6%	3	21,4%	14
1ii	9	75,0%	3	25,0%	12
2	10	83,3%	2	16,7%	12
3	11	100,0%	0	0,0%	11
4i	5	45,5%	6	54,5%	11
4ii	5	45,5%	6	54,5%	11
6i	8	80,0%	2	20,0%	10
6ii	7	70,0%	3	30,0%	10
7i	11	100,0%	0	0,0%	11
7ii	8	80,0%	2	20,0%	10
8i	8	88,9%	1	11,1%	9
8ii	9	100,0%	0	0,0%	9
9i	8	80,0%	2	20,0%	10
9ii	2	100,0%	0	0,0%	2
10	8	80,0%	2	20,0%	10
12	8	80,0%	2	20,0%	10
14	7	87,5%	1	12,5%	8

Fonte: dados da pesquisa

Analisando as cartas enviadas pelos reguladores/ normatizadores, são identificadas diversas respostas com 100% de concordância entre o posicionamento do grupo e as propostas questionadas. Assim como no caso das associações, o grupo dos reguladores/ normatizadores também é em maioria favorável às propostas desse Exposure Draft. A questão 4, que teve o maior grau de divergência passa por pouco

da marca dos 50%, portanto, pode-se dizer que são levemente divergentes à proposta da quarta questão.

Tabela 6 – Profissionais Contábeis e Empresas Privadas

	Profissionais Contábeis e Empresas Privadas				
	1	%	0	%	T
1i	6	54,5%	5	45,5%	11
1ii	5	45,5%	6	54,5%	11
2	11	78,6%	3	21,4%	14
3	13	92,9%	1	7,1%	14
4i	3	23,1%	10	76,9%	13
4ii	2	18,2%	9	81,8%	11
6i	11	100,0%	0	0,0%	11
6ii	11	52,4%	10	47,6%	21
7i	13	100,0%	0	0,0%	13
7ii	13	92,9%	1	7,1%	14
8i	10	71,4%	4	28,6%	14
8ii	9	69,2%	4	30,8%	13
9i	5	45,5%	6	54,5%	11
9ii	5	71,4%	2	28,6%	7
10	11	91,7%	1	8,3%	12
12	6	50,0%	6	50,0%	12
14	11	78,6%	3	21,4%	14

Fonte: dados da pesquisa

No caso dos contadores e empresas privadas, é possível observar que, ainda que em maioria sejam favoráveis às propostas, existem perguntas com opiniões mais equilibradas, algumas tendendo levemente a concordar como as questões 1i e 6ii com percentuais de 54,5% e 52,4%, respectivamente, outras tendendo levemente a discordar, como nas questões 1ii e 9i, ambas com 54,5% de discordância com as propostas as quais se referem.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, é possível concluir que houve um aumento na quantidade de cartas de comentário respondidas comparadas às 57 direcionadas ao ED/2013/9 estudado por Haveroth et al (2017) para 70 estudadas na presente pesquisa. Também é possível observar uma mudança de comportamento considerando que a Europa não foi o continente com maior índice de respostas, tendo sido superada pela África e América em quantidade de cartas recebidas, o que pode evidenciar uma maior preocupação em participar mais ativamente na elaboração de normas que são

relevantes para regiões emergentes e que possuam grande quantidade de Pequenas e Médias Empresas.

Considerando o tópico dos grupos de interesse, entretanto, não houve grande mudança se comparado aos resultados encontrados por Haveroth et al (2017) e Almeida (2022), sendo o grupo das Associações dos profissionais contábeis o mais participativo na utilização das cartas de comentário para demonstrar convergência ou divergência das propostas elaboradas pelo IASB.

As análises realizadas mostram que as propostas do IASB no Exposure Draft da Terceira edição do IFRS for SMEs estão em grande maioria, de acordo com o que os respondentes esperavam. Entretanto, duas perguntas em particular apresentaram um comportamento diferente das outras. A quarta questão, que trata da Seção 11 – Financial Instruments, e dividida em duas partes, foi a única com mais respondentes em discordância do que concordância, sendo a diferença ainda maior na segunda parte em que o IASB questiona se os respondentes acreditam que a proposta atinge um equilíbrio correto ao passar a utilizar o modelo de perda de crédito esperada. Já a nona questão é feita a pergunta sobre os respondentes concordarem ou não com a remoção de um parágrafo do texto que o IASB considera que existem poucas entidades aplicando. Na nona questão, ainda que existindo mais respondentes concordando do que discordando, pode-se notar certo equilíbrio entre as opiniões, com 22 respostas positivas e 20 negativas, 52,4% e 47,6%, respectivamente.

Considerando os dados apresentados anteriormente, é possível observar que o percentual de respostas das comment letters relacionadas ao IFRS for SMEs possui menor adesão por parte da comunidade, portanto, a principal limitação da pesquisa se comparada à análise das cartas de outras IFRS é a variedade de opiniões acabar reduzida, o que se reflete na análise dos grupos de interesse, pois faz com que haja uma maior concentração das respostas provenientes de órgãos representativos dos profissionais contábeis como por exemplo os Institutos de Contadores Certificados ou Institute of Chartered Accountants dos mais diversos países.

Por se tratar da terceira edição do IFRS for SMEs, surge a possibilidade de reunir as respostas das cartas de comentários das edições anteriores e da atual para que seja feita uma análise comparativa verificando se existem indícios de lobbying como já feito em estudos de outras IFRS, por exemplo. Além disso, o fato de muitos respondentes não seguirem o padrão de respostas sugerido pelo IASB torna a

tabulação dos dados mais complicada, pois algumas respostas possuem mais grau de subjetividade até para perguntas mais objetivas de concordar ou discordar.

Conclui-se, portanto, que os objetivos da pesquisa foram atingidos e foi possível confirmar que os respondentes tiveram suas expectativas cumpridas, já que apenas uma das questões respondidas teve mais opiniões contrárias do que favoráveis às modificações que foram propostas pelo IASB. A principal contribuição da pesquisa foi a identificação dos principais grupos de interesse que estão participando ativamente junto ao IASB para proporcionar melhorias nas normas contábeis e, conseqüentemente, os grupos de interesse que podem ser estimulados a participarem e agregarem ainda mais o processo de elaboração e modificação das normas internacionais. Os resultados implicam que as propostas do IASB estão seguindo o que a comunidade espera de forma geral, porém, mostram áreas do IFRS for SMEs que ainda podem ser estudadas para que novas propostas aprimoradas sejam feitas futuramente.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L. F. E. de. **IFRS para PMEs: uma revisão sistemática da literatura científica acerca da norma**. 2022. 40 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em: <<https://bdm.unb.br/handle/10483/32007>>. Acesso em: 28 de jun. de 2023.
- ARAÚJO, V. R. B. S. de; DE LUCENA GOMES, A. Karla; LUCENA, W. G. L.; PAULO, E. Análise das opiniões emitidas nas cartas comentários sobre o termo prudence. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, [S. l.], v. 9, n. 2, 2015. DOI: 10.17524/repec.v9i2.1231. Disponível em: <https://www.repec.org.br/repec/article/view/1231>. Acesso em: 23 set. 2023.
- AZEVEDO, E. P. R. de S.. Captação de Coalizão de Grupos de Interesse na Regulamentação Contábil, a Partir do Discussion Paper da Revisão da Estrutura Conceitual.
- BARTH, M. E. et. al. **Accounting Quality: International Accounting Standards and US GAAP**. 2006. Disponível em: <[In this paper, we compare measures of earnings management for firms adopting IAS with US firms \(unc.edu\)](#)>. Acesso em 07 de jul. de 2023.
- BARTH, M. E.; LANDSMAN, W. R.; LANG, M. H. International Accounting Standards and Accounting Quality. **Journal of Accounting Research**. v. 46, p. 467-498, 2008.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS - CPC. **CPC PME (R1) - CONTABILIDADE PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS COM GLOSSÁRIO DE TERMOS**. 2011. Disponível em: <[Pronunciamento \(cpc.org.br\)](#)>. Acesso em 07 de jul. de 2023.
- CORREIA, M. C.; FERREIRA, P. C.; NETO, A. R. Uma análise das diferenças em termos dos interesses da IFRS 3 – Combinações de Negócios. **Revista de Informação Contábil – ISSN 1982-3967, v.15. 2021**. Acesso em 07 de jul. de 2023.
- DELOITTE TOUCHE TOHMATSU. **IAS Plus**. 2023. Disponível em: <<https://www.iasplus.com/en/resources/ifrs/ifsb-ifrs-ic/iasb>>. Acesso em 28 de jun. de 2023.
- FIGUEIREDO PAIS, C. A.; BONITO, A. L. M. The macroeconomic determinants of the adoption of IFRS for SMEs. **Revista de Contabilidad - Spanish Accounting Review**, v. 21, n.2, p. 116-127, 2018. Disponível em: <[Los Determinantes macroeconómicos en la adopción de las IFRS para las pymes | Revista de Contabilidad - Spanish Accounting Review \(um.es\)](#)>. Acesso em: 07 de jul. de 2023.
- HAVEROTH, J. et al. Características e Perspectivas Internacionais dos Diversos Grupos de Interesses em Relação à IFRS SME's. **REPeC – Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, Brasília, v. 11, n. 4, p. 430-450, out/dez. 2017.
- IASB - International Accounting Standards Board. **Who uses IFRS Accounting Standards?** 2018. Disponível em:<<https://www.ifrs.org/use-around-the-world/use-of-ifrs-standards-by-jurisdiction/#analysis-of-use-of-ifrs-accounting-standards-around-the-world>>. Acesso em: 28 de jun. de 2023.
- IASB - International Accounting Standards Board. **Who uses IFRS Accounting Standards?** 2018. Disponível em:<<https://www.ifrs.org/use-around-the-world/use-of-ifrs-standards-by-jurisdiction/#analysis-of-the-168-profiles>>. Acesso em: 28 de jun. de 2023.
- IASB - International Accounting Standards Board. **Who we are**. 2023. Disponível em: <<https://www.ifrs.org/about-us/who-we-are/#about-us>>. Acesso em 28 de jun. de 2023.
- IASB - International Accounting Standards Board. **IFRS For SMEs**. 2022. Disponível em: <<https://www.ifrs.org/issued-standards/ifrs-for-smes/?language=en&year=2022#consultations-and-amendments>>. Acesso em 28 de jun. de 2023.

IASB - International Accounting Standards Board. **Exposure Draft and comment letters: Third Edition of the IFRS For SMEs Accounting Standard**. 2019. Disponível em: <<https://www.ifrs.org/projects/work-plan/2019-comprehensive-review-of-the-ifrs-for-smes-standard/exposure-draft-and-comment-letters/>>. Acesso em: 28 de jun de 2023.

OECD. Small and Medium-sized Enterprises: Local Strength, Global Reach. **Policy Brief**. Junho de 2000. Disponível em: <<https://www.oecd.org/cfe/leed/1918307.pdf>>. Acesso em 28 de jun. de 2023.

PEDROZA, J. K. B. R. **IFRS para PMES: uma investigação quanto ao nível de compreensão de contadores amparada na Teoria de Resposta ao Item**. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Joao Pessoa, Paraíba, 2013. Disponível em: <https://congressosp.fipecafi.org/anais/artigos142014/440.pdf>. Acesso em: 20 de set. de 2023.

PERERA, D.; CHAND, P. Issues in the adoption of international financial reporting standards (IFRS) for small and medium-sized enterprises (SMES). **Advances in Accounting, incorporating Advances in International Accounting**, p. 165–178, 2015.

SANTOS, O. M.; SILVA, P. D. A.; SANTOS, A. Análise das Cartas-Comentários submetidas em resposta ao discussion paper extractive activities: perspectivas quanto ao futuro do IFRS 6 (CPC 34). **Revista Contemporânea de Contabilidade** 2015, 12(26). Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=76256604002>>. Acesso em: 10 de set. de 2023.

TAVARES, M. F. N. (2016). **Fatores determinantes do Sucesso de Lobbying na Norma de Receitas: Análise das Etapas mais Prováveis de Influência sobre os Boards**. 2016, 275 f., Tese de Doutorado - Programa Multi-Institucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal do Rio Grande do Norte. João Pessoa-Paraíba

ZEFF, S. A. A Evolução do IASC para o IASB e os Desafios Enfrentados. *Revista Contabilidade & Finanças, [S. l.]*, v. 25, n. spe, p. 300-320, 2014. DOI: 10.1590/1808-057x201400040. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/98018>. Acesso em: 6 jul. 2023.

APÊNDICE A – QUADRO COM AS PERGUNTAS ORIGINAIS EM INGLÊS

1(i)	Do you agree that the amendments will add clarity without changing the intended scope of the Standard? If you do not agree, which types of entities do you believe would be newly scoped in or scoped out?
1(ii)	Do you agree with the proposal to clarify the definition of public accountability? If you do not agree with the proposal, please explain what you suggest instead and why.
2(ii)	Do you agree that Section 18 and Section 21 should continue to use the definition of an asset and of a liability from the previous version of Section 2 (based on the 1989 Framework)?
3	Do you agree with the IASB's proposal to retain the rebuttable presumption as a simplification of the definition of control? If not, please explain why you do not agree with this simplification.
4(i)	Do you agree with the proposal to introduce an expected credit loss model for only some financial assets? Why or why not? If you disagree with the proposal, please explain what you suggest instead and why.
4(ii)	Do you agree that the proposal strikes the right balance in deciding which financial assets should be in the scope of the expected credit loss model, considering the costs for SMEs and benefits for users of SMEs' financial statements?
6(i)	Do you agree with the IASB's proposal to align the definition of joint control and retain the classification of a joint arrangement as jointly controlled assets, a jointly controlled operation, or a jointly controlled entity, and the measurement requirements for these classifications? Why or why not? If you disagree with the proposal, please explain what you suggest instead and why.
6(ii)	Do you agree with this proposal? Why or why not? If you disagree with the proposal, please explain what you suggest instead and why.
7(i)	Do you agree with the proposal to introduce requirements for the accounting for step acquisitions? If your answer is yes, do you agree with the proposed requirements in the Exposure Draft? If you disagree with the proposal, please explain why and give your alternative suggestion.
7(ii)	Do you agree that the IASB's proposals appropriately simplify the measurement of non-controlling interests by excluding the option to measure them at fair value? If your answer is no, please explain your reasons
8(i)	Do you agree that the revised Section 23 would be appropriate for SMEs and users of their financial statements? If not, what modifications—for example, further simplifications or additional guidance—do you suggest and why?
8(ii)	Do you believe the guidance is appropriate and adequate for entities to make the assessment of whether a good or service is distinct? If not, is there any guidance that could be removed or additional guidance that is needed?
9(i)	Do you agree that only a few entities apply the measurement simplifications for defined benefits? Therefore, do you agree with the IASB's proposal to delete paragraph 28.19?
9(ii)	If you disagree with the proposal in 9(i), do you agree that this alternative approach clarifies paragraph 28.19?
10	Do you agree with the proposed transition requirements for the amendments to the IFRS for SMEs Accounting Standard? Why or why not? If not, please explain what you suggest instead and why.

12	Do you agree with the IASB's decision to consider amending the Standard to align it with IFRS 16 in a future review of the Standard? In responding to this question, please comment on the cost-benefit considerations in paragraphs (a) and (b).
14	What are your views on removing paragraph 22.7(a)?

Fonte: ED/2022/1